

---

# Indicativos de movimentos instituintes da responsabilidade social e política da Universidade<sup>1</sup>

RICHÉLE TIMM DOS PASSOS DA SILVA\*

---

## Resumo

*No atual contexto identificado como período de crises, a Universidade necessita refletir e questionar sobre qual o compromisso político e social com as questões sociais que emergem dessa nova configuração de sociedade. Na contemporaneidade, essa instituição tem a oportunidade de revisar sua história e propor alternativas no modo de instituir-se. Neste artigo, demonstram-se compreensões sobre a responsabilidade social e política da Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat). Para isso, estudou-se o caso dos professores-pesquisadores, líderes de grupos de pesquisa da área de Ciências Humanas/Educação da Unemat, Campus Sinop/MT. Foram utilizadas como fontes de informação a entrevista e os documentos institucionais. Na análise, trabalhou-se com a metodologia da análise textual discursiva. Após este estudo, é possível dizer que se está a passar por um período de constituições e cotidianamente a desenvolver rupturas e possibilidades no fazer institucional, porém, ao mesmo tempo, percebe-se que se está a expandir as questões sociais, políticas e tecnológicas sem rumo certo.*

**Palavras-chave:** Universidade. Sociedade. Responsabilidade Social.

<sup>1</sup> Artigo construído com base nas reflexões apresentadas na dissertação de Mestrado intitulada *Universidade e atividade da pesquisa: limites e possibilidades na potencialização da responsabilidade social e política*, defendida em janeiro de 2013, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Maria Ely Herz Genro.

---

\* Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus Vilhena.

# Introdução: a Universidade repensada

A história das universidades brasileiras nos diferentes períodos pelos quais o Brasil se configurou e vem se configurando politicamente ainda busca avançar no fazer e no pensar uma instituição mais autônoma e democrática. Atualmente, vivemos a chamada pós-modernidade<sup>2</sup> ou, então, a hipermodernidade, que para Lipovetsky (2004, p. 26) refere-se a uma

<sup>2</sup> Entendemos que a Universidade da contemporaneidade não responde às necessidades da sociedade na perspectiva moderna de ciência e produção do conhecimento. Por isso, Santos (2010b; 2010c) utilizou em seus estudos, inicialmente, o conceito de pós-modernidade, ou ao menos, a perspectiva antipositivista de ciência. Atualmente, tem utilizado a designação de pensamento dominante ou hegemônico numa perspectiva de pós-colonialismo. Dessa maneira, quando se utilizar o conceito de pós-modernidade neste texto, este deve ser compreendido na perspectiva de social, político e científico que almeja ser, ao menos, contra-hegemônico diante dos processos regulatórios e hegemônicos da contemporaneidade.

[...] sociedade liberal, caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade, indiferente como nunca antes se foi aos grandes princípios estruturantes da modernidade, que precisaram adaptar-se ao ritmo hipermoderno para não desaparecer.

No entendimento de inúmeros autores, a Universidade tem, nesse período, a oportunidade de revisitar sua história e propor mudanças ou alternativas no modo de instituir-se. Desse modo, Genro, Leite e Braga (1997, p. 31) colocam que “refletir sempre, eis o pressuposto humano! Pressuposto humano que se expande do nível individual para o social”.

Nessa perspectiva, intenta-se demonstrar, com este estudo, a importância de repensar a Universidade, que, na contemporaneidade, necessita ressignificar sua responsabilidade social e política como espaço formador do qual participam diferentes grupos sociais que se colocam na situação de aprendizes e de diálogo, diante das questões sociais/educacionais.

Este atual período é considerado por Santos (2010b) e Dias Sobrinho (2010), dentre outros autores, como de crises. A Universidade, como instituição social na qual convivem diferentes sujeitos, ideologias e contradições sociais, numa perspectiva global de crise de paradigmas na sociedade (seja modernidade ou pós-modernidade), também apresenta sua crise paradigmática.

Santos (2010b) aponta em seus estudos as crises da Universidade como *crise da hegemonia* sendo contradição entre conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais; *crise da legitimidade*, entendida pela contradição entre hierarquização e democratização; e *crise institucional* que se dá na contradição entre autonomia institucional e produtividade social.

Essas crises da Universidade remetem profundas ressignificações no atual contexto, por isso levam-nos a questionar sobre qual o compromisso político e social dessa instituição com as questões sociais que emergem desta nova configuração de sociedade.

Vários autores vêm discutindo a questão da Universidade da contemporaneidade. Leite e Genro (2011) e Leite (2010) apresentam três modelos principais de universidades que surgem como deslocamentos do modelo da instituição tradicional: as Universidades de Classe Mundial ou *World Class Universities*, Universidades Globais e Universidades Tradicionais Híbridas.

Para as pesquisadoras, as Universidades de Classe Mundial seriam instituições do e para o mundo desenvolvido e globalizado; as Universidades Globais se caracterizariam por não pertencer a um país específico e serem construídas pela globalização, pelos mercados e pela privatização crescente da Educação Superior; e as Universidades Tradicionais Híbridas seriam aquelas que vêm

sofrendo o redesenho capitalista, uma espécie de desempenho institucional marcado pela comoditização do conhecimento, ciência e tecnologia, que visa tornar mais fáceis as operações de comercialização privada com vistas ao mercado. (LEITE; GENRO, 2011, p. 50)

Chauí (2001) apresenta a constituição da Universidade da contemporaneidade e as classifica quanto à década e ao seu modo de ser como uma organização, e não uma instituição. Como instituição pauta-se pela ação social e pela prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante

outras instituições sociais. Como organização, essa nova forma de Universidade, “insere-se numa mudança geral de sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital” (CHAUÍ, 2001, p. 189). Assim, a autora menciona as três etapas sucessivas pelas quais essa organização vem se estruturando: a Universidade funcional, a Universidade de resultados e a Universidade operacional.

A Universidade funcional, datada da década de 1970, era voltada diretamente para o mercado de trabalho, formação rápida de profissionais garantindo-lhes a inserção no mercado de trabalho exigente. Na década de 1980, a Universidade de resultados tinha seu modo de organizar-se voltado para as empresas, era oportuna a iniciativa privada e a pesquisa encontrava momento propício de ser financiada por empresas com fins utilitaristas e imediatos.

Quanto à Universidade operacional, na década de 1990, a autora coloca que é uma organização voltada para si mesma, com estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Em outras palavras, o sistema gerencialista adentra a Universidade com sua avaliação por índices de produtividade, estratégias e programas de eficiência organizacional, e a pesquisa, nesse pensar, é estratégia de intervenção, “não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa”. (CHAUÍ, 2001, p. 192)

As aproximações entre as definições de Leite e Genro (2011), Leite (2010) e Chauí (2001) podem ser evidenciadas em um novo perfil de Universidade proveniente de uma nova organização social. A essa Universidade contemporânea são colocados novos desafios e demandas contraditórias resultantes da sociedade hipermoderna.

Entendendo as contradições da Universidade e seus desafios na contemporaneidade, parte-se da pesquisa qualitativa, tratando-a como estudo de caso. Utilizou-se como fontes de informação primária a entrevista semiestruturada e secundária, os documentos da Instituição. Trabalhou-se com os dados apreendidos na perspectiva metodológica da análise textual discursiva. (MORAES, GALIAZZI, 2011)

Neste texto, são apontadas as emergências emancipatórias sinalizadoras da responsabilidade social e política da Universidade, que vem acontecendo na Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat), por meio do trabalho de pesquisadores da área de Ciências Humanas/Educação, sendo sete líderes de grupo de pesquisa lotados no *Campus* de Sinop-MT.

São demonstradas, também, as fragilidades e contradições existentes nesse espaço, bem como as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores diante da realidade constituída e constituinte da sociedade e da instituição.

---

## Responsabilidade social e política: a que nos referimos?

O termo “responsabilidade” pode apresentar dois sentidos: um relaciona-se ao campo jurídico, que incorpora a noção de culpa e, por fim, da sanção advinda da violação de direitos na área penal ou civil, as quais nos levam a agir em virtude de não recebê-las. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1990)

Há outro sentido, que apresenta uma estreita ligação entre os termos “social” e “política” que podem indicar essa inter-relação que se propõe fazer: a noção de responsabilidade quando se remete à liberdade, à vontade de fazer e à existência de outro, como premissa de nos sentirmos responsáveis. Essas questões colocam a vivência com este outro em comunidade, ou sociedade humana, e, por dizer respeito ao que é coletivo, pode trazer à tona sinalizações que dizem respeito à política.

Tanto na definição de Japiassú e Marcondes (1990) quanto na de Lobo (1996), bem como na de Abbagnano (2007), o termo “responsabilidade” remete a pensar a noção de liberdade: responsável pelo seu ato, se foi livre ao realizá-lo, e se assim teve a intenção.

Liberdade, para Arendt (2010), é o significado da política e no centro da política há o cuidado com o mundo (COURTYNE-DENAMY, 2004). Assim, se a responsabilidade implica a existência de outro (como exposto na definição dos dicionários utilizados) e a responsabilidade na perspectiva do cuidado, sendo que o que nos “une” ao outro é o mundo, podemos dizer que somos responsáveis pelo outro e pelo mundo.

Há, portanto, a possibilidade de se pensar numa cadência que coloca liberdade, responsabilidade, o outro e o mundo, bem como a política, intimamente ligados.

No que diz respeito ao uso da expressão “responsabilidade social”, esta frequentemente vem acompanhada do viés empresarial/ mercadológico que, conforme Salmon e Cattani (2009, p. 289), imprime a noção de responsabilidade social correspondente a “estratégias desenvolvidas, sobretudo, por grandes corporações”. Essas corporações definem, de maneira unilateral, a questão da responsabilidade social como normas e condutas que, pretensamente, passam a considerar em seu bojo os impactos sociais, econômicos e ecológicos de suas atividades.

Assim, o discurso dominante de responsabilidade social passa a ser o de que as corporações usariam como forma de instaurar a intenção de assumir os riscos sociais e ambientais gerados por suas atividades produtivas, bem como a capacidade de preveni-los. (SALMON; CATTANI, 2009)

No que diz respeito à expressão “responsabilidade política”, Arendt (2004, p. 215) coloca a questão da responsabilidade e os problemas que dela advêm como de “relevância e de interesse geral aos dilemas políticos, distinguindo dos legais ou morais”. Essa autora ainda aponta a noção de responsabilidade política como uma responsabilidade coletiva. No caso da responsabilidade coletiva, entendida como responsabilidade política, um membro da comunidade é considerado responsável por coisas de que não participou, mas que foram feitas em seu nome que podem provir de várias causas, ou seja,

a forma de governo do país pode fazer com que seus habitantes, ou grandes camadas deles, não sejam admitidos à esfera política, de modo que essa não-participação não é uma questão de escolha. Ou, ao contrário, em países livres um certo grupo de cidadãos pode não querer participar, não ter nada a ver com a política não por razões morais, mas simplesmente porque optaram por aproveitar uma de nossas liberdades, aquela que em geral não é mencionada quando as enumeramos porque é aceita como natural, e essa é a liberdade em relação à política. (ARENDR, 2004, p. 221)

Evidencia-se, assim, a liberdade contemplada no âmago da política, que implica confiar nos homens novos, nas suas ações novas. A não participação é uma questão de decisão ou forma de resistência:

O que está no centro da decisão não é o eu – não vou porque não quero sujar minhas mãos, o que claro, também pode ser uma argumento válido-, mas o destino da nação e a sua conduta com outras nações do mundo. (ARENDR, 2004, p. 222)

Neste artigo desenvolvem-se essas questões sobre responsabilidade de uma perspectiva reflexiva e subjetiva, buscando discutir para além das questões operacionais do cenário que a Universidade e suas atividades de pesquisa, ensino e extensão podem ocupar.

---

## A malha metodológica

Pesquisa é a “atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO, 2011, p. 16). Parte-se, aqui, da pesquisa qualitativa que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. (MINAYO, 2011, p. 21)

Trata-se a pesquisa como estudo de caso, pois trabalha-se com a realidade de um grupo específico, no caso o grupo de

pesquisadores da área de Ciências Humanas/Educação, percebendo a realidade local de inserção, ou seja, a instituição Unemat e o *Campus* de Sinop/MT.

Conforme Yin (2010, p. 39), o estudo de caso pode ser definido como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Foram utilizadas como fontes de informação primária a entrevista semiestruturada e secundária, os documentos da Instituição, bem como alguns documentos nacionais.

Trabalhou-se com os dados apreendidos na perspectiva metodológica da análise textual discursiva, que considera a compreensão do material como um processo integrado composto pelas dimensões do aprender, comunicar e interferir no discurso. Nessa metodologia a análise é entendida como processo ou caminho de onde emergem escritas e reescritas. (MORAES, GALIAZZI, 2011)

Moraes e Galiuzzi (2011) expressam que o movimento sugere, com base na leitura, a unitarização de informações para posterior escrita. Dessa fase inicial surgem as categorias emergentes que suscitam nova escrita – são os metatextos produzidos com base na reconstrução da primeira escrita. Por fim, tem-se a produção final, o chamado “texto interpretativo”. As categorias interpretativas como resultado da análise do material empírico foram: crise; interesse público e pertencimento (como elo).

---

## Os elementos constitutivos das revelações dos sujeitos: indicativos de responsabilidades institucionais



As categorias centrais suscitadas da interpretação do material empírico por meio de metatextos e textos interpretativos (MORAES, GALIAZZI, 2011) suscitaram: crise, interesse público e pertencimento.

A questão macro foi problematizada a ser pensada: qual seria a responsabilidade da Universidade em meio a essa crise pela qual, segundo um entrevistado, todas as Instituições de Educação Superior (IESs), públicas e privadas, têm passado. Para esse sujeito, o período é entendido como problemático e caótico e não há certeza dos rumos institucionais e sociais.

A considerada crise ou transição que vivenciamos na atualidade pode ser percebida pelos relatos de outros três entrevistados. Incertezas, frustrações, desânimos, são reflexos desse cenário contraditório e conflituoso vivido pelos profissionais na Universidade, e assim foram relatados.

Santos (2007; 2010a) discute a questão da crise nos âmbitos epistemológico, social e político. Ao discutir essas questões, aponta a necessidade de renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social mediante revisões teóricas e epistemológicas profundas as quais culminam numa nova cultura política.

Dias Sobrinho (2010, p. 21-22) debate também essa crise que se tem dado em nível do Estado, do trabalho e do sujeito como estrutural:

O Estado não consegue prover de modo satisfatório as instituições encarregadas de produzir a equidade, a justiça social, os processos e as instituições de democratização, dentre as quais, privilegiadamente, as educativas. A crise no trabalho se dá devido a nova economia que rompeu com os tradicionais modelos de trabalho, criou riquezas para uns e espalhou desemprego, insegurança e precariedade para muitos. E nesse meio, a sociedade perdeu em grande parte suas referências valorativas e se enfraqueceram os processos de construção das subjetividades, pelos quais os indivíduos se integram construtivamente na produção da vida social.

Lipovetsky (2004) também apresenta essa época como os tempos hipermodernos que geram inseguranças e incertezas. Corrobora com as preocupações e angústias dos professores-pesquisadores da instituição estudada.

Correlacionar essas interpretações de crise auxilia a entender os desafios e dificuldades com os quais as IESs tem se deparado na contemporaneidade. Ao lidar com a formação acadêmica/profissional, perpassam as questões epistemológicas, sociais e políticas sentidas como em momento de transição e modificações nas dinâmicas das relações entre Universidade-Estado-Sociedade, pois, na atualidade, a presença do mercado, fruto do capitalismo globalizado, tem redesenhado os papéis e direcionando a vida hipermoderna.

Contudo, quer-se resgatar o conceito de crise com base em Arendt (1997) considerando-o como momento de oportunidade e possibilidade para refletir e impulsionar novas ações considerando o constituído e instaurando o instituinte.

Esse cenário de instabilidade macro reflete, por conseguinte, na instituição pesquisada. Dessa maneira, também pode ser visto como um indicativo que responde ao anseio do professor-pesquisador que definiu a Unemat como uma instituição que não sabe ou não tem uma política clara de pesquisa ou mesmo de Universidade, visto que, como instituição social, composta por sujeitos políticos/atores sociais, não está à margem dessas instabilidades e vem buscando constituir-se nesse cenário.

A responsabilidade social e política da Universidade foi considerada pelos professores-pesquisadores a partir da composição de vários outros elementos intrínsecos e intimamente ligados. Discutiram essa problemática por diferentes ângulos.

A interpretação da responsabilidade social e política da Universidade foi revelada como importante e citada por um dos professores-pesquisadores como a que acontece pelos projetos de extensão da Universidade, os quais possibilitam uma relação maior entre Universidade e sociedade. Essa relação foi destacada

como difícil no sentido de entrada da comunidade acadêmica na sociedade e da sociedade na academia. Mencionou-se a oferta de cursos que a Universidade oferece como condição e possibilidade para a sociedade se desenvolver.

Fez-se referência à responsabilidade social e política da Universidade à medida que desempenha seu papel fundamental de mudança. Sendo agente de mudança, ou ao menos de possibilidade, como outro professor-pesquisador colocou, não se pode admitir que quem a frequenta não tenha/sofra mudanças. Isso é manifesto por diferentes professores-pesquisadores.

Nos espaços políticos de decisão, os espaços públicos do interesse público e, por assim dizer, da realização da política em Arendt (2010), dois respondentes entendem ser esse um campo de sua atuação. Quando esses espaços são na Universidade, brigam por seus direitos e questionam as condições universitárias de trabalho, incluindo a atividade de pesquisador. Esse grupo também evidencia como positivo, e um avanço, o incentivo da instituição para a qualificação do seu quadro docente.

A expansão universitária da Unemat, com a construção de novos *campi* foi considerada um demonstrativo da responsabilidade social e política da Universidade, em que se evidencia esse deslocar-se para o interior do Estado do Mato Grosso possibilitando a melhoria da qualidade de vida das pessoas que residem em regiões necessitadas de acesso à Educação Superior, o que foi dito pela maioria dos professores-pesquisadores como um exemplo do compromisso da instituição.

Contudo, foram dicotômicos diante do fenômeno da expansão e criação de cursos, quanto ao modo como eles têm acontecido. Para dois professores, a instalação de novos cursos foi citada como decorrente de demandas e reivindicações locais. Para outros três professores-pesquisadores, essa questão é vista com um não exemplo de responsabilidade social e política, dado o caráter imperativo de implantação do curso.

Quatro professores-pesquisadores entrevistados expuseram claramente que o espaço público da Universidade, de interesse público, não pode ser utilizado para benefício privado e expressaram suas críticas quanto ao processo de expansão, que não escuta o que a sociedade quer e precisa como curso de graduação ou pós-graduação. Esse mesmo grupo, ao mesmo tempo, reconhece que numa região que carece de tantas coisas, a instituição, estando presente, é um agente de possibilidades que pode mudar a realidade daquela localidade. Dessa maneira, não são contra a expansão universitária e a interiorização dos *campi*, porém são contra os modos decisórios dessa implantação.

Concorda-se, também, que o uso do espaço público precisa pautar-se pelos interesses coletivos e responder à demanda dessas questões, visto que no centro das questões políticas debatidas no espaço público deve haver a preocupação com aquilo que não seja próprio do Eu/do privado, resultando, assim, nas preocupações do interesse coletivo tão discutido por Arendt (2010) e já apresentado.

Nessa perspectiva de pensamento, traz-se a categoria do interesse coletivo para ser pensada. Essa questão inclui a colocação do professor-pesquisador que manifesta a importância da pesquisa gerando fonte teórica sobre determinado assunto, que resulta em políticas públicas para municípios e para o Estado de Mato Grosso. Essa é, pois, uma responsabilidade social e política da atividade da pesquisa universitária, uma função social e política da produção de um conhecimento que, nas palavras de Santos (2004), é edificante, um conhecimento prudente para uma vida decente.

Também foi colocada como responsabilidade institucional a tentativa de compreender a história, ou seja, que a Unemat de Sinop, como primeira Universidade na cidade e Universidade pública, tem o papel de compreender a história, registrar essa história do ponto de vista do “cidadão norte-matogrossense se dizendo, sem ser dito pelos outros” (PPG<sup>3</sup>).

<sup>3</sup> Sigla utilizada para registrar o respondente sem nomeá-lo. Leia-se: professor-pesquisador G.

Um dos entrevistados relatou a responsabilidade social e política universitária marcando, principalmente, a questão da responsabilidade política entendida a partir da inserção e participação dos professores-pesquisadores na sociedade. Conforme a colocação desse professor-pesquisador, essa atuação se dá dentro da instituição, nos espaços democráticos de decisão coletiva (colegiados e conselhos), e fora da Universidade, participando em ações como conselho municipal da criança e do adolescente, conselho da educação, cultura, conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e da merenda. Essa ação tem de ser feita e assumida pelos profissionais, segundo a compreensão do respondente.

Evidenciou-se a responsabilidade política da instituição também nas suas ações de ler as necessidades da sociedade. O professor-pesquisador que comentou sobre essa ação coloca que os alunos da graduação, quando na atividade da investigação que realizam, acabam conhecendo a realidade e problematizando-a. Essa atividade provoca nesse aluno a possibilidade de inserção e atuação na comunidade, um elemento preponderante ligado à responsabilidade social e política da Universidade e potencializado pela atividade da pesquisa.

Baseando-se nessa investigação que aprofunda o conhecimento local, há a possibilidade de instaurar a questão do pertencimento no sujeito que se apropria de sua localidade no sentido de conhecê-la e compreendê-la, podendo, assim, potencializar o seu comprometimento com as questões que vivencia.

Percebeu-se pelo comentário de seis respondentes que a questão do pertencimento é uma constante a ser vislumbrada nas suas atividades de pesquisa, mas também como professores e extensionistas. Segundo alguns desses sujeitos, é preciso que a Universidade invista em seu tripé (ensino-pesquisa-extensão) nessa perspectiva de educação e sociedade, e adote em sua

função de produtora do conhecimento, a responsabilidade social e política, assumindo a constituição da dignidade humana como fonte inicial e final do processo desta produção.

Todos os professores-pesquisadores proclamaram o compromisso da Universidade como formadora dos acadêmicos profissionais e suas responsabilidades de formadores, professores-pesquisadores. Portanto, entendem que aluno que frequenta uma instituição universitária não pode entrar e sair de um curso de graduação, mestrado ou doutorado do mesmo jeito. A Universidade provoca ou deve provocar essa formação crítica e esse sentimento de pertencimento ao mundo que o acolheu.

Dessa maneira, a Universidade não pode se esquecer de sua tarefa crítica de desconstrução de discursos e narrativas que visam apenas à afirmação de determinada configuração econômica e precisa, e, assim, contar aos alunos outras histórias, evidenciando que as narrativas dominantes não são tão naturais nem tão infalíveis quanto se tenta fazer crer (GOERGEN, 2003); isso faz parte de sua tarefa política.

Courtine-Denamy (2004) ainda corrobora o pensamento de Arendt que evidenciando que cabe à Universidade, dentre outras funções, educar esses novos homens a pensar na atualidade, no evento, no que nos acontece e no que fazemos. Igualmente, “formar esses novos homens capazes de inovar radicalmente através de sua ação, de inaugurar um novo começo de que o mundo novo está justamente a espera, uma vez que as velhas soluções já não mais fazem efeito”. (COURTINE-DENAMY, 2004, p. 159)

Desse modo, resumidamente, pode-se dizer que a concepção de responsabilidade social e política institucional, para o grupo de profissionais em questão, perpassa as questões subjetivas sinalizadas, compreendidas no cenário maior de transição, mudança ou até mesmo ruptura paradigmática.

Essas demandas remetem a considerar o momento de crise social, política e paradigmática que vivenciamos ao mesmo tempo

que nos impulsiona a assumir e tomar decisões que cotidianamente nos são suscitadas. Assim, constantemente estamos diante das questões que nos impelem a pensar e decidir para além do econômico, do individual e do mundo privado, ou seja, somos chamados, nesse espaço público da Universidade, a responder pelo interesse coletivo.

---

## Conclusão

Sabemos que num cenário complexo de sociedade, esta se apresenta entre contradições, que também constituem a riqueza de uma sociedade. Nesse contexto, porém, é necessário construir fundamentos de coesão e, por isso, com a temática da responsabilidade apontam-se alguns desses fundamentos na intenção de constituir alternativas e possibilidades para instituir uma Universidade pautada pelo cuidado, pela dignidade humana e pela emancipação do sujeito.

Compreende-se que, para se trabalhar essa perspectiva na Universidade, a experiência acumulada historicamente dos diversos modelos de universidade precisa ser retomada e rediscutida, procurando extrair critérios que ajudem a esclarecer a concepção de universidade que se pretende construir.

Para auxiliar a leitura dos principais resultados desta investigação realizada com o grupo de professores-pesquisadores da área de Ciências Humanas/Educação, da Unemat, *Campus Sinop/MT*, apreciou-se um contexto mais amplo de sociedade. Por isso, nesse ponto retoma-se esse cenário macro de crise que também atinge a realidade estudada como uma categoria reflexiva.

Estamos a passar por um período de constituições e cotidianamente a desenvolver rupturas e possibilidades ou então continuidades e fortalecimento de concepções. Ao mesmo tempo, percebemos que estamos a expandir as questões sociais, políticas

e tecnológicas sem rumo certo. Em determinados aspectos falta clareza nos fundamentos de coesão nesta sociedade. O que nos une e o que nos afasta que é este mundo, nem sempre tem sido o centro questões dessa sociedade hipermoderna que insiste em acreditar e fortalecer os interesses individuais, privados, ditados pelo mercado como aqueles que parecem ser mais evidentes, convidativos e sedutores.

A questão do interesse público ou o uso do espaço público institucional foi um elemento marcante e presente nas falas. Contudo, evidenciaram-se lacunas nessas comunicações. No que se refere à problemática da pesquisa, não ficou bem claro no comentário de um sujeito se essa pesquisa parte de demanda social ou de vontade do pesquisador.

Quanto ao espaço público que a instituição universitária representa legitimamente como *locus* de discussão, crítica e debate diante das questões sociais, políticas e econômicas, percebeu-se que há um desconforto em tom de desabafo de alguns professores-pesquisadores ao manifestarem que esse espaço público não pode ser utilizado para servir a interesse privado e promover, assim, alguns profissionais internos ou externos a instituição.

Preocupar-se com as questões locais, com as especificidades da região como compromisso com esse público respondendo, assim, ao interesse desse público, é a evidência maior encontrada nas falas de vários dos sujeitos como materialização da Universidade, que assume, dessa maneira, sua responsabilidade social e política.

Nas possibilidades emergentes encontradas, a maioria dos relatos possui um elo que as articula. Para um sujeito esse elo está bem claro e demarcado como função principal dele e da sua atividade de docente e pesquisador: a questão do pertencimento do sujeito ao local que ocupa.

Por tudo, compreende-se que a responsabilidade social e política da Universidade tem ocorrido mediante ações locais que integram Universidade, professores-pesquisadores, órgãos públicos (por



meio das suas secretarias municipais ou estaduais) e comunidade em geral, gerando mudanças e benefícios que refletem na vida social das pessoas.

---

**INDICATIVE OF MOVEMENTS INSTITUTING OF THE SOCIAL AND POLITICAL RESPONSIBILITY OF THE UNIVERSITY**

---

**Abstract**

*In the current identified context as period of crises, the University needs to reflect and to question about which the political and social commitment with the social issues that emerge of that new society configuration. In the contemporary times, that institution has the opportunity to revisit their history and to propose alternatives in order to be instituted. In this article, understandings are demonstrated about the social and political responsibility of the University of the State of Mato Grosso (Unemat). For that, it was studied the case of teacher-researchers, leaders of groups of research of the area of Humanities/Education of Unemat, Campus Sinop/MT. Were used as sources of information the interview and the institutional documents. In the analysis, worked up with the methodology of the discursive textual analysis. After this study, it is possible saying that it is going through for a period of constitutions and daily to develop ruptures and possibilities in making institutional, however, at the same time, it is noticed that is expanding the social issues, politics and technological without right direction.*

**Keywords:** *University. Society. Responsibility Social.*

**INDICATIF DES MOUVEMENTS INSTITUANT DE RESPONSABILITÉ SOCIALE ET POLITIQUE DE L'UNIVERSITÉ**

---

**Résumé**

*Dans le contexte actuel identifié comme période de crise, l'Université doit réfléchir et poser des questions sur quel l'engagement politique et social à des enjeux sociaux qui se dégagent de ce nouveau contexte de la société. À l'époque contemporaine, cette institution a la possibilité de revisiter son histoire et de proposer des alternatives dans le moyens de s'instituer. Dans cet article, se montre des compréhensions sur la responsabilité sociale et politique de l'Université de l'État du Mato Grosso (Unemat). Pour cela, il a été étudié le cas des enseignants-chercheurs, les chefs de groupe de recherche de domaine des sciences humaines/éducation de l'Unemat, campus Sinop/MT. Ont été utilisés comme les sources d'information l'entrevue et des documents institutionnels. Dans l'analyse, nous avons travaillé avec la méthodologie de l'analyse textuelle discursive. Après cette*

*étude, il est possible de dire qu'il s'agit de traverser une période de constitutions et des ruptures quotidiennes et des possibilités dans le faire institutionnelle, mais en même temps, il est remarquable l'expansion des questions sociales, politiques et des technologiques sans but précis.*

**Mots-clés:** *Université. Société. Responsabilité Social.*

---

## Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARENDRT, Hannah. A crise na educação. In: \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ARENDRT, Hannah. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.
- ARENDRT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.
- COURTINE-DENAMY, Sylvie. *O cuidado com o mundo: diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- GENRO, Maria Elly Herz; LEITE, Denise; BRAGA, Ana Maria. Universidade futurante: inovação entre as certezas do passado e as incertezas do futuro. In: LEITE, Denise; MOROSINI, Marília (Org.). *Universidade futurante: produção do ensino e inovação*. São Paulo: Papirus, 1997. p. 21-37.
- GOERGEN, Pedro. Universidade e responsabilidade social. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Temas de pesquisa em educação*. São Paulo: Autores Associados, 2003. p. 101-122.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LEITE, Denise. Brasil urgente! Procuram-se identidades da universidade. *Educación Superior y Sociedad*, México, v. 15, p. 91-106, 2010.
- LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz. *Quo vadis? Avaliação e internacionalização da educação superior na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011. (Premio Pedro Krotzsch de Estudios sobre la Universidad Políticas y perspectivas sobre la evaluación universitaria en América Latina y el Caribe).
- LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LOBO, António. *Dicionário de filosofia*. Coimbra: Paralelo, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Unijuí, 2011.

SALMON, Anne; CATTANI, Antonio David. Responsabilidade social empresarial. CATTANI, Antonio David; *Et alii*. *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010a.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2010c.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Recebido em 30/8/2013

Aprovado em 30/10/2013

